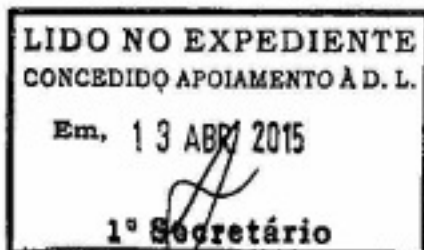




PROJETO DE LEI Nº 266/2015



Concessão de Título de Cidadão
Benemérito do Estado do Paraná ao Artista
Plástico Paulo Roberto Ridolfi.

Art. 1.º Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná
ao Artista Plástico Paulo Roberto Ridolfi.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2015.

MARIA VICTÓRIA

Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

Paulo Roberto Ridolfi nasceu em 11 de setembro de 1962 na cidade de Maringá, Estado do Paraná. Artista Plástico, atuando desde a década de 1980, Ridolfi é casado com a também artista plástica Cristina Agostinho, com quem tem o casal de filhos Laura Ridolfi e Giuliano Ridolfi.

Morador de Maringá, leva o nome da cidade através de suas obras nas diversas exposições que realizou, sendo mais de 30 coletivas e 4 individuais: Paulo, na Casa Triângulo em São Paulo (1988 e 1992); Objetos, na Sala Miguel Bakun em Curitiba (1988); e Paulo Ridolfi, na Sala de Exposição do Teatro Calil Haddad em Maringá (2000).

Recebeu 11 prêmios, com destaque para os Salões Paranaenses em 1989 e 1991, os Salões Paranaenses de Paisagens em 1990, 1991, 1997 e 2004, além de premiações nos municípios de Jacarezinho, Paranavaí, Cascavel, Campo Mourão, Paranaguá e Maringá.

Apesar de manter contato com os grandes centros, Ridolfi optou por continuar residindo em Maringá justamente por valorizar o ambiente familiar. Além de expor em todo o Paraná, o artista é tem projeção nacional, fato este que justifica a presente iniciativa, reconhecendo esta personalidade que eleva a produção cultural paranaense. Assim, necessário o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2015.

MARIA VICTORIA

Deputada Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 266/2015

Projeto de Lei nº. 266/2015

Autor: Deputada Estadual Maria Victória

Súmula: Concessão de Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Artista Plástico Paolo Roberto Ridolfi.

EMENTA: TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria da Deputada Estadual Maria Victória tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao artista plástico, o Senhor Paolo Roberto Ridolfi.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício Nº 007/2015, em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão benemérito.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Assim, diante da **LEGALIDADE** do presente projeto, voto pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 22 de abril 2015.

Dep. Claudio
Dep. Leopoldo
Dep. Francisco
Dep. Nelson Justus
Presidente
Dep. Felipe Francischini
Relator
Dep. Ramonelli
Dep. Tiago
Dep. Pastor
APROVADO
23/04/15



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44/2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D. L.
Em, 16 MAR. 2015
Marcelo
1º Secretário

Altera a redação do inciso XIV do art. 30 e do art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – Resolução nº 1, de 1º de março de 2005.

Art. 1º O inciso XIV, do art. 30 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – Resolução nº 1, de 1º de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30 [...] [...] XIV – Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. [...]."

Art. 2º O art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - Resolução nº 1, de 1º de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33-M Compete à Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à indústria, comércio, emprego e renda."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de março de 2015.

Marcelo
MARCIO PAULIKI
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A alteração proposta tem por finalidade modificar a nomenclatura da "Comissão de Indústria e Comércio" para que seja inclusa a expressão "Emprego e Renda", adequando-se, igualmente, a sua competência.

A inclusão da referida expressão atende as necessidades de abrangência dos trabalhos da Comissão, posto que a indústria e o comércio estão diretamente ligados à geração de emprego e renda.

Consigne-se, por fim, que o Projeto de Resolução ora apresentado não dispõe de qualquer alteração estrutural da Comissão.

Pelo exposto, requeiro o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente.

Resolução nº 1, de 1º de março de 2005¹.

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 1º O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná passa a vigorar conforme o texto em anexo.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, juntamente com o Regimento Interno anexo, ficando revogada a Resolução nº 159/90, de 28 de dezembro de 1990, suas alterações e demais disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 23 de fevereiro de 2005.

Deputado Hermas Brandão
Presidente

Deputado Nereu Moura
Primeiro Secretário

Deputado Geraldo Cartário
Segundo Secretário

¹ com as alterações decorrentes das Resoluções nº 3, nº 4 e nº 5, de 28 de abril de 2011, da Resolução nº 17, de 15 de dezembro de 2011, da Resolução nº 6, de 14 de junho de 2012, da Resolução nº 3, de 29 de abril de 2013, da Resolução nº 7 de 3 de junho de 2013 e da Resolução nº 12, de 12 de setembro de 2013.

VI - manifestar-se sobre proposições relacionadas ao desenvolvimento urbano, às regiões metropolitanas, às aglomerações urbanas, microrregiões e redes de municípios, bem como àquelas relacionadas à habitação e transporte coletivo.

§ 1º A Comissão poderá solicitar, à autoridade responsável pela prática dos atos a que se referem os incisos deste artigo que, no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 2º Na hipótese em que os esclarecimentos de que trata o parágrafo anterior não sejam prestados, a Comissão poderá solicitar que o Tribunal de Contas, no prazo de trinta dias, exare pronunciamento conclusivo sobre a matéria.

§ 3º Na hipótese de que trata o parágrafo anterior, caso o Tribunal de Contas entenda que a despesa é irregular e julgue que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, poderá propor à Assembleia Legislativa sua sustação, se ainda não realizada, ou o reembolso, se já realizada.

§ 4º A Comissão poderá, se assim deliberar, solicitar que o Tribunal de Contas designe técnico para, juntamente com seus membros, efetuar, *in loco*, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos Três Poderes, da Administração Direta ou Indireta, incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos dos artigos 74 e 75, inciso IV da Constituição Estadual.

Artigo, incisos e parágrafos acrescidos pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.

Art. 33-M Compete à Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à indústria e comércio.

Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.

Art. 33-N Compete à Comissão de Turismo manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa ao turismo interno, ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do exterior.

Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.

Art. 33-O Compete à Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que se refira ao Mercado Comum do Sul - Mercosul e relações internacionais em geral.

Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.

Art. 33-Q Compete à Comissão de Assuntos Metropolitanos manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada às regiões metropolitanas e aglomerados urbanos do Estado do Paraná, promovendo a integração das políticas dos municípios do Estado do Paraná.

Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.

Art. 33-R Compete à Comissão de Cultura manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada ao desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO 11/2015

Projeto de Resolução nº. 11/2015

Autor: Deputado Marcio Pauliki

Súmula: Altera a redação do inciso XIV do art. 30 e do art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – Resolução nº 1, de 1º de Março de 2005..

EMENTA: ALTERA A REDAÇÃO DO ART. XIV DO ART. 30 E DO ART. 33-M DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. ART. 63, V, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E ART. 121, §2º, II DO REGIMENTO INTERNO. CONSTITUCIONAL. LEGAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de Resolução, de autoria do Deputado Estadual Marcio Pauliki, tem por finalidade alterar a redação dos artigos pertinentes à regulação regimental da Comissão Permanente de Indústria e Comércio, visando acrescer ao seu escopo as expressões emprego e renda.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Nas palavras de JOSÉ AFONSO DA SILVA, em seu **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO**, "todas as normas que integram a ordenação jurídica nacional só serão válidas se se conformarem com as normas da Constituição Federal".

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 63. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Constituição;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - decretos legislativos;

V - resoluções;

VI - leis delegadas.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos em geral caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Considerando, portanto o acima exposto, temos que citar o Regimento Interno novamente, no que dispõe seu art. 121, senão vejamos:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos.

(...)

§ 2º Os Projetos de Resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembleia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

I - perda de mandato de Deputado;

II - matéria de natureza regimental;

III - criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, não excedendo cinco em funcionamento;

IV - conclusão de Comissão Parlamentar de Inquérito;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



V - declaração de procedência de acusação criminal contra o Governador e Vice-Governador de Estado e, quando houver conivência de seus Secretários de Estado;

VI - contas do Governador;

VII - mudança temporária da sede da Assembleia;

VIII - contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa;

IX - licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;

X - delegação legislativa ao Governador;

XI - todo e qualquer ato de sua economia interna, que não exceda os limites do simples ato administrativo, respeitando o regulamento dos seus serviços;

XII - consulta plebiscitária para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

Ora, desta maneira resta fundamentado e evidente que a competência para iniciar o processo legislativo para a criação de uma Resolução que altera o Regimento Interno é de qualquer deputado, razão pela qual os preceitos para a proposição de um projeto da natureza analisada estão plenamente satisfeitos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Do ponto de vista do seu conteúdo, a análise constitucional e legal estão corroborando para o seu seguimento.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de Resolução, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Dep. Estadual TIAGO AMARAL

RELATOR

Dep. Estadual NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

APROVADO

22.04.15

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Protocolo nº: 1050/2015

Projeto de Resolução nº 11/2015

Autor: Deputado Marcio Pauliki

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11/2015

I – Do Relatório

Trata-se de proposição de autoria do Deputado Estadual Marcio Pauliki, cujo objetivo é a alteração da redação do art. 30, inciso XIV, e do art. 33-M, ambos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Nobre Parlamentar aduziu em sua justificativa que a referida alteração tem o intuito de mudar a nomenclatura da Comissão de Indústria e Comércio, de modo a adequá-la às suas competências. Assim, a referida Comissão, seria renomeada como Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda.

É o breve relatório.

II – Da Fundamentação

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe, em seu art. 222, que as alterações atinentes ao seu conteúdo devem se dar por meio de projetos de resolução e ainda, que cabe à Comissão Executiva interpor parecer sobre tais projetos, *in verbis*:

Art. 222 O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

Primeiramente, no tocante à constitucionalidade, destaca-se que a proposta atende aos pressupostos de iniciativa e competência visto que o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Executiva



artigo 54 da Constituição Estadual dispõe ser da Assembleia Legislativa a competência para a elaboração de seu Regimento Interno, *in verbis*:

Art. 54 Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

(...)

II - elaborar o Regimento Interno;

Além disso, a proposta encontra-se em consonância com o disposto no art. 124 do Regimento Interno, o qual assevera que a iniciativa dos projetos compete a qualquer membro da Assembleia, conforme se verifica:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Ademais, o inciso II do §2º do art. 121 do RI prevê a possibilidade de edição de projetos de resolução, *in verbis*:

Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos.

(...)

§ 2º Os Projetos de Resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembleia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

(...)

II - matéria de natureza regimental;

Por sua vez, quanto ao mérito, a proposta pretende adequar a nomenclatura da referida Comissão, de forma a contemplar os demais temas cuja apreciação é de sua alçada, enfatizando assim sua competência para tanto.

Dessa forma, a proposta tem por escopo promover a devida correspondência entre as atribuições da Comissão e sua nomenclatura.

Ressalte-se que a alteração se refere tão somente à denominação da Comissão, não implicando em nenhum impacto quanto à sua estrutura e composição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Executiva



III – Da Decisão

Diante do exposto, verifica-se que a proposta visa aprimorar o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná na medida em que complementa e aperfeiçoa seu conteúdo.

Assim, esta Comissão Executiva se manifesta no sentido de emitir parecer **FAVORÁVEL** ao presente Projeto de Resolução para alteração da redação do art. 30, inciso XIV e do art. 33-M do Regimento Interno desta Casa de Leis.

É o parecer.

Curitiba, em 4 de maio de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO
Presidente

Deputado PLAUTO MIRO
1º Secretário

Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário